

Bracatinga é patrimônio desconhecido dos catarinenses

Árvore nativa do Brasil vem perdendo espaço para o pínus e o eucalipto, mas pode substituir as “primas” estrangeiras com vantagens

Gisele Dias – giseledias@epagri.sc.gov.br

Você conhece a bracatinga? Já viu um bracatingal? Se sua resposta a essas perguntas for não, fique tranquilo. Apesar de se tratar de uma espécie nativa do Brasil, a bracatinga é uma árvore pouco conhecida, e seus usos são pouco difundidos.

Mesmo não conhecendo a bracatinga, é provável que você tenha visto ou pelo menos ouvido falar de eucalipto e pínus, duas árvores abundantes em Santa Catarina, embora sejam exóticas. Essas duas espécies são amplamente usadas pela indústria nacional para produzir madeira, papel, móveis, energia e tudo mais que se possa imaginar ser feito com uma árvore.

A bracatinga, coitada, em face da forte concorrência das árvores estrangeiras, caiu em desuso. Não pense que ela tem menos qualidades que as “primas” do exterior. Ela serve para tudo que o eucalipto serve, muitas vezes com vantagens. Mas uma legislação restritiva e burocrática, aliada a interesses econômicos poderosos, fez com que a

bracatinga perdesse espaço para as exóticas nas últimas décadas.

A falta de uso comercial para essa vigorosa árvore nativa pode ser sua condenação, indo na contramão do que a legislação deseja, que é preservá-la. “O fato de a legislação ambiental não contemplar sistemas tradicionais de manejo de florestas nativas é um dos principais fatores que ameaçam a conservação dessas que, paulatina e silenciosamente, vão sendo substituídas por espécies exóticas” alerta o livro *Bracatinga, cultivo, manejo e usos da espécie*, lançado em 2015 pela Rede Sul Florestal com financiamento da Fapesc.

A Rede Sul Florestal é uma articulação entre Epagri, Universidades Federais de Santa Catarina e do Paraná (UFSC e UFPR), Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), ICMBio, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Emater-PR, prefeituras e outras instituições. O objetivo é aglutinar e desenvolver ações de pesquisa e assistência técnica que buscam avaliar a

sustentabilidade, identificar os gargalos tecnológicos, sociais e legais e propor soluções para a viabilização e regulamentação dos sistemas produtivos desenvolvidos no Sul do Brasil a partir do cultivo da bracatinga e da roça de toco.

Vantagens

Tássio Dresch Rech, pesquisador da Epagri, integrante da Rede Sul Florestal e um dos organizadores da obra, explica que o uso comercial da bracatinga ainda é muito restrito em Santa Catarina. Atualmente ela é usada somente para produzir melato, mel, carvão, lenha, escoras de construção civil e tutores para tomateiro. Ela é capaz de produzir madeira branca ou vermelha, mais ou menos densa, que poderia ser usada na indústria moveleira, para confeccionar assoalho ou parquê, entre outros fins. Mas todo esse potencial ainda é desconhecido, já que a espécie não passou por nenhum tipo de melhoramento genético. ►



Espécies exóticas avançam sobre espaço ocupado pela bracatinga

São Paulo, por exemplo, tem perto de 1.200 hectares de bracatinga cultivada, produzindo madeira para parqué e assoalho. O produto final é exportado para países como Itália e Estados Unidos a preço de madeira nobre, concorrendo com o mogno. Além do valor comercial, a bracatinga tem importante papel ambiental. Isso porque ela tem a capacidade de retirar o nitrogênio da atmosfera e fixá-lo no solo, enriquecendo-o, além de incorporar grande quantidade de material orgânico. Tássio explica que onde o bracatingal se instala crescem outras espécies nativas, permitindo a recuperação da mata, ao contrário do pínus, que coloniza e toma conta da área.

Outra vantagem da bracatinga sobre as exóticas é que ela se autossemeia, já que a partir do quarto ano de vida a planta começa a soltar sementes. Pode ser cultivada em terrenos irregulares, muito comuns no Estado, e tem manejo simples, pois aceita solo pobre e resiste ao clima frio e a eventos climáticos mais intensos, sofrendo menos quedas com o vento. Também exige pouco combate a formigas.

O ciclo de vida curto é mais um diferencial. O eucalipto exige entre 12 e 30 anos de cultivo antes de ser abatido para fins mais nobres. O pínus precisa de tempo superior a 12 anos para ser cortado para uso madeireiro. Já a bracatinga pode ser usada a partir dos 5 anos de idade e com 8 está completamente madura para seus diversos usos comerciais. “Ela produz lenha madura com 7, 8 anos, não tem nada parecido com isso”, descreve o pesquisador da Epagri.

Legislação

Agora você pergunta: se a bracatinga tem tantas vantagens, por que não vem sendo usada como alternativa de renda para os pequenos agricultores catarinenses? São dois os motivos: legislação extremamente exigente e forte *marketing* da indústria de eucalipto e pínus, que se instalou no país a partir da década de 1960 vendendo equipamentos, produtos químicos, assistência técnica e tudo mais que envolve essa cadeia produtiva.

Se o *marketing* da indústria das primas estrangeiras é forte, a legislação vem pecando historicamente no trato com a bracatinga. Por ser uma planta nativa, seu uso vem sendo restringido por leis federais. Mas no entendimento dos pesquisadores, a bracatinga poderia ser tratada como outra planta qualquer, como soja ou milho, já que pode ser cultivada.

Aos poucos a legislação catarinense vem evoluindo para reconhecer o bracatingal como um plantio. “O bracatingal não nasce por si só, ele precisa ser cultivado”, esclarece Tássio. Ele explica que o grande número de sementes liberadas pela árvore vai gerar um volume expressivo de mudas na próxima ge-

ração, mas sem a intervenção humana as plantas vão competir entre si até que restem as mais fortes. Assim, somente se formam na mata natural manchas de bracatinga, mas não bracatingais, que só se criam com manejo adequado.

A Instrução Normativa (IN) 49 da Fatma, de 2008, determina que será permitido manejo seletivo nas florestas de bracatinga cuja frequência da espécie seja superior a 65% dos indivíduos arbóreos presentes. Já foi um avanço, mas ainda há mais para evoluir.

Gabriela Brasil dos Anjos, gerente de licenciamento agrícola e florestal da Fatma, conta que o órgão ambiental vai publicar, ainda em 2016, uma IN que vai abranger outros tipos de mata nativa, considerando o bracatingal um plantio. A IN foi redigida com informações fornecidas pela Rede Sul Florestal e será divulgada entre técnicos da Fatma e da Epagri para que ela chegue aos agricultores familiares, os principais interessados.

Os inúmeros documentos exigidos pela Fatma para a caracterização do bracatingal, expostos na IN 49, também



Falta de uso comercial para essa vigorosa árvore nativa pode ser sua condenação

dificultam a vida do agricultor familiar. Gabriela adianta que a nova IN vai diminuir essa exigência, mas alguns documentos ainda serão necessários: “Não tem como deixar de exigir”, argumenta a gerente da Fatma.

Carvão, melato e leite

Em Santa Catarina a bracatinga praticamente acompanha a região da araucária. As maiores concentrações acontecem nos extremos norte e sul do Planalto e no Vale do Rio do Peixe. Ela só não ocorre de forma natural no Oeste e no Litoral. Apesar disso, o município de Biguaçu, na Grande Florianópolis, é um dos poucos que vêm se beneficiando do potencial econômico do carvão produzido a partir da bracatinga.

“A situação em Biguaçu é atípica porque o município comprou a briga. Criou um órgão ambiental municipal e começou a dar condições para que agricultores legalizassem sua produção de bracatinga”, esclarece Luiz Toresan, analista de pesquisa de mercado da Epagri/ Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa), membro da Rede Sul Florestal e também organizador do livro sobre a árvore.

Lá a produção de carvão vegetal se dá na roça de toco, sistema que vem desde os tempos da agricultura nômade. Ele preconiza uso alternado do solo entre floresta e cultivo. “Em Biguaçu, o carvão sempre foi encarado como subproduto; o negócio principal era produzir farinha, feijão, mandioca, banana. Agora que conseguiram legalizar a atividade é que eles passaram a ficar interessados porque agregam valor, e o produto passou a ter uma participação importante na renda”, relata Toresan.

O melato é outro produto da bracatinga de alto valor agregado. Trata-se de um tipo diferente de mel, produzido pelas abelhas a partir da secreção açucarada excretada pela cochonilha, que é um inseto que ataca a casca da árvore. Em Santa Catarina ele é mais produzido no Alto Vale do Itajaí e no Planalto Sul, e a maior parte é exportada para a Europa, sobretudo Alemanha, que se interessa principalmente por suas qualidades terapêuticas. Em novembro de 2015 o melato da empresa Prodapys, de Ara-



Biguaçu legalizou uso da bracatinga para produzir carvão

ranguá, recebeu medalha de ouro no Congresso Internacional de Apicultura, realizado em Kiev na Ucrânia.

Por fim, a bracatinga ainda pode ajudar a aumentar a produção de leite. O sistema silvipastoril prevê a plantação de árvores no entorno do pasto para fornecer sombra às vacas. Com mais conforto, os animais produzem mais, e o agricultor pode utilizar a árvore quando chegar a idade do abate. Em Santa Catarina o eucalipto é a principal cultura utilizada para esse fim, mas a bracatinga pode substituí-la com amplas vantagens. A Epagri já desenvolve projeto

para estimular esse uso consorciado.

Agora você já conhece a bracatinga e suas inúmeras possibilidades de uso. A expectativa da Rede Sul Florestal, dos pesquisadores e da própria Fatma é de que, com a nova legislação, essa árvore volte a embelezar as áreas rurais do Estado. Que o cheiro adocicado de suas flores se torne para os agricultores catarinenses um sinal de novos tempos e de bons negócios. E que não precisemos mais gastar páginas e páginas de publicações apresentando aos catarinenses um patrimônio natural que é deles. ■



Bracatinga praticamente acompanha a região da araucária em Santa Catarina